



**Parecer Técnico de Licença Ambiental Simplificada (RAS) nº 0676421/2018**

**PA COPAM Nº:** 00244/1989/004/2018

**SITUAÇÃO:** Sugestão pelo Deferimento

**EMPREENDEDOR:** MH Mineração Ltda.

**CNPJ:** 19.702.174/0001-24

**EMPREENDIMENTO:** MH Mineração Ltda.

**CNPJ:** 19.702.174/0001-24

**MUNICÍPIO:** Delfim Moreira

**ZONA:** Rural

**CRITÉRIO LOCACIONAL INCIDENTE:**

- Não há incidência de critério locacional.

CÓDIGO:	PARÂMETRO:	ATIVIDADE PRINCIPAL DO EMPREENDIMENTO (DN COPAM 217/17):	CLASSE	CRITÉRIO LOCACIONAL
A-02-06-2	Produção bruta	Lavra a céu aberto – Rochas ornamentais e de revestimento		
CÓDIGO:	PARÂMETRO:	DEMAIS ATIVIDADES DO EMPREENDIMENTO (DN COPAM 217/17):	2	0
A-05-04-6	Área útil	Pilha de rejeito/estéril de rochas ornamentais e de revestimento		

**CONSULTORIA / RESPONSÁVEL TÉCNICO:**

Ricardo Ribeiro Rios

**REGISTRO:**

CREA-RNP: 1405642998

**AUTORIA DO PARECER**

**MATRÍCULA**

**ASSINATURA**

Wagner Massote Magalhães

Gestor Ambiental

Engenheiro Florestal

1.403.485-4

De acordo:

Cezar Augusto Fonseca e Cruz

Diretor Regional de Regularização Ambiental

1.147.680-1



**Parecer Técnico de Licença Ambiental Simplificada (RAS) nº 0676421/2018**

O empreendimento MH Mineração Ltda. atua no ramo de mineração, exercendo suas atividades no município Delfim Moreira – MG.

Em 26/09/2018, foi formalizado, na Supram Sul de Minas, o processo administrativo de licenciamento ambiental simplificado de nº 00244/1989/004/2018. O empreendimento opera desde 30/01/2015 amparado pela AAF nº 00399/2015, válida até 30/01/2019.

As atividades do empreendimento, objetos deste licenciamento, são “Lavra a céu aberto – Rochas ornamentais e de revestimento”, com produção bruta de 6.000m³/ano e “Pilha de rejeito/estéril de rochas ornamentais e de revestimento”, com área útil de 2,0ha, o que justifica a adoção do procedimento simplificado.

Por já possuir AAF e não haver necessidade de supressão de vegetação nativa, não se aplica critério locacional ao empreendimento neste processo de regularização.

O empreendimento possui outorga de uso de água para captação superficial, com vazão de 3,0L/s, 9h/dia, 12meses/ano, válida até 12/2018 para uso industrial e cadastro de uso insignificante para captação em surgência, com vazão de 0,02m³/h, 24h/dia, válida até 24/09/2021 para consumo humano.

Como principais impactos inerentes à atividade e devidamente mapeados no RAS, tem-se a geração de efluentes líquidos sanitários, resíduos sólidos e emissões atmosféricas difusas.

Para mitigação desses impactos foram adotadas as seguintes medidas: tratamento do efluente sanitário em sistema composto por tanque séptico e filtro anaeróbico, com lançamento em sumidouro do efluente tratado; destinação adequada dos resíduos sólidos, sendo o do tipo comum destinado ao aterro sanitário de Itajubá.

Pneus e lâmpadas são armazenados temporariamente no empreendimento, até atingir volume viável, para destinação posterior adequada. É realizada a umidificação das vias para diminuir a emissão de poeira pelo trânsito de veículos.

Cita-se, ainda, que outros impactos ambientais relevantes não foram identificados e registrados no RAS, fato este que corrobora para o posicionamento técnico favorável à concessão da licença ambiental pleiteada.

Em conclusão, com fundamento nas informações constantes do Relatório Ambiental Simplificado (RAS) e do estudo do critério locacional, sugere-se a concessão da Licença Ambiental Simplificada ao empreendimento “MH Mineração Ltda.” para as atividades de “Lavra a céu aberto – Rochas ornamentais e de revestimento” e “Pilha de rejeito/estéril de rochas ornamentais e de revestimento”, no município de Delfim Moreira – MG”, pelo prazo de 10 anos, vinculada ao cumprimento das condicionantes estabelecidas no anexo deste parecer, bem como da legislação ambiental pertinente.



## ANEXO I

### Condicionantes para Licença Ambiental Simplificada do empreendimento “MH Mineração Ltda.”.

Item	Descrição da Condicionante	Prazo*
01	Executar o Programa de Automonitoramento, conforme definido no Anexo II, demonstrando o atendimento aos padrões definidos nas normas vigentes.	Durante a vigência da licença
02	Apresentar Relatório Técnico Fotográfico comprovando a realização de umectação de vias de tráfego de veículos nas estações secas de cada ano.	Anualmente, durante a vigência da Licença Ambiental Simplificada.

\* Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de publicação da Licença na Imprensa Oficial do Estado.

### IMPORTANTE

Os parâmetros e frequências especificadas para o Programa de Automonitoramento poderão sofrer alterações a critério da área técnica da Supram-Sul de Minas, face ao desempenho apresentado;

*Qualquer mudança promovida no empreendimento que venha a alterar a condição original do projeto das instalações e causar interferência neste programa deverá ser previamente informada e aprovada pelo órgão ambiental.*



## ANEXO II

### Programa de Automonitoramento da Licença Ambiental Simplificada do empreendimento “MH Mineração Ltda.”

#### 1. Resíduos Sólidos

Enviar **anualmente** à Supram Sul de Minas, os relatórios mensais de controle e disposição dos resíduos sólidos gerados contendo, no mínimo, os dados do modelo abaixo, bem como a identificação e a assinatura do responsável técnico pelas informações.

Resíduo				Transportador		Disposição final				Obs.	
Denominação	Origem	Classe NBR 10.004 <sup>1</sup>	Taxa de geração kg/mês	Razão social	Endereço completo	Forma <sup>2</sup>	Empresa responsável				
							Razão social	Endereço completo	Licenciamento ambiental		
									Nº processo		Data da validade

(<sup>1</sup>) Conforme NBR 10.004 ou a que sucedê-la.

(<sup>2</sup>) Tabela de códigos para formas de disposição final de resíduos de origem industrial

- 1- Reutilização
- 2 - Reciclagem
- 3 - Aterro sanitário
- 4 - Aterro industrial
- 5 - Incineração
- 6 - Co-processamento
- 7 - Aplicação no solo
- 8 - Estocagem temporária (informar quantidade estocada)
- 9 - Outras (especificar)

Em caso de transporte de resíduos sólidos Classe I - perigosos, deverá ser informado o número e a validade do processo de regularização ambiental do transportador.

Em caso de alterações na forma de disposição final dos resíduos sólidos em relação ao Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos apresentado, a empresa deverá comunicar previamente à Supram para verificação da necessidade de licenciamento específico.

Fica proibida a destinação de qualquer resíduo sem tratamento prévio, em áreas urbanas e rurais, inclusive lixões e bota-fora, conforme Lei Estadual nº 18.031/2009. Para os resíduos sólidos Classe I – perigosos, e para os resíduos de construção civil, a referida lei também proíbe a disposição em aterro sanitário, devendo, assim, o empreendedor cumprir as diretrizes fixadas pela legislação vigente quanto à destinação adequada desses resíduos. Os resíduos de construção civil deverão ser gerenciados em conformidade com as Resoluções Conama nº 307/2002 e nº 348/2004.

As doações de resíduos deverão ser devidamente identificadas e documentadas pelo empreendedor. Desse modo, as notas fiscais de vendas e/ou movimentação, bem como documentos identificando as doações de resíduos poderão ser solicitados a qualquer momento para fins de fiscalização. Portanto, deverão ser mantidos disponíveis pelo empreendedor.